

Debates Acerca da Geografia Histórica e da Geo-História: Elementos para a Análise Espaço-Temporal

Debates About the Historical Geography and Geo-History: Elements for a Space-Time Analysis

Átila de Menezes Limaⁱ
Universidade Estadual do Ceará
Fortaleza, Brasil

Zenilde Baima Amoraⁱⁱ
Universidade Estadual do Ceará
Fortaleza, Brasil

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal, discorrer sobre o debate teórico-conceitual acerca das geografias do passado, ou seja, das diferentes abordagens da ciência geográfica sobre as formações territoriais, as paisagens do passado e as mediações que contribuíram para a produção dos espaços de outrora e dos atuais. Neste caso, enfatizamos a importância da análise histórica para a ciência geográfica e seus estudos. O escrito é fruto das reflexões elaboradas no primeiro capítulo de nossa dissertação de mestrado intitulada: *A Geografia Histórica de Iguatu-CE: Uma análise da cultura algodoeira de 1920 a 1980*, que teve como objetivos compreender a produção do espaço de Iguatu em sua historicidade, identificando os sujeitos, processos e mediações envolvidos na realidade estudada. Constatou-se que a análise histórica e a utilização de fontes orais, análises de documentos, fotografias e discursos, além da observação de antigas formas espaciais foram fundamentais na construção do arcabouço teórico e heurístico para a reconstrução e análise do espaço geográfico em sua historicidade

Palavras-Chave: Geografia Histórica, Geo-história, Análise histórica

Abstract: The aim of this article is to discuss the theoretical and conceptual debate about geographies of the past, that is, the different geographical approaches to territorial formations, landscapes and the temporal mediations that contributed to the production of spaces of the past and present. This study is the result of theoretical reflections developed in the first chapter of the dissertation *The Historical Geography of Iguatu-CE: An Analysis of Cotton Cropping from 1920 to 1980*, which presented the historical production of space in Iguatu, identifying the subjects and mediation processes involved in the area studied. Historical analysis, use of oral sources, analysis of documents, photographs and speeches and observation of old forms were crucial instruments for understanding the spatial construction of the theoretical and heuristic framework used to reconstruct and investigate geographical space in its historicity.

Keywords: Historical geography, Geo-history, Historical analysis

ⁱ Professor substituto e doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará. atilageo999@yahoo.com.br

ⁱⁱ Professor Adjunto, Programa de Pós-Graduação em Geografia. zenildeamora@yahoo.com.br

Introdução

A análise que integra a perspectiva de interpretação geográfica apoiada na História vem ganhando muitos adeptos na Geografia. Podemos ressaltar autores importantes em escala internacional como Harvey (2005) e sua perspectiva da Geografia Histórica da espacialização desigual do capitalismo, o estudo realizado por Ferro (1986) sobre os temas e problemas da Geografia histórica, o estudo de Perla Zusman (1996) sobre as Sociedades geográficas na promoção dos saberes nos territórios do Brasil e da Argentina, dentre outros. Na Geografia brasileira destacamos alguns estudiosos como Santos (2002), Maurício de Abreu (1998; 2003) – e sua vasta obra elaborada -, Vasconcelos (1999) - com suas questões metodológicas na Geografia urbana histórica -, Moraes (1989; 2000; 2008), dentre uma infinidade de outros estudiosos.

A obra destes autores é de valia incomensurável, visto que permite a compreensão do espaço como o acúmulo de tempos e, sobretudo, traz contribuições metodológicas de apreendermos o território em sua historicidade com destaque a análise de fontes documentais primárias, da utilização da história oral etc. Isto nos proporciona a possibilidade de entender as mediações e os processos, identificar os sujeitos históricos da produção do espaço no passado e compreender como estes ainda influenciam no espaço do presente. Nesse sentido, traçamos um breve debate teórico-conceitual acerca das geografias do passado¹, ressaltando a possibilidade de utilização da História enquanto método e processo para a análise e interpretação geográfica. Optamos no texto por uma breve discussão sobre o que seria Geografia Histórica e Geo-História e seus respectivos surgimentos. Ressaltamos ainda que por questões teórico-metodológicas priorizamos a exposição da contribuição Geo-Histórica de Braudel e a perspectiva da Geografia Histórica do capitalismo em Harvey para a análise e interpretação geográfica, justificando assim, o não desenvolvimento e aprofundamento das leituras da Geografia Histórico-Cultural da escola de Berkeley, assim como boa parte da literatura em língua inglesa.

As Geografias do Passado: Debates Iniciais

Afinal, o que seriam as Geografias do passado? De quando remonta seu surgimento? Qual a diferença entre a análise do geógrafo e a análise do historiador no trato de uma determinada realidade? Qual seria o objeto de estudos da Geografia Histórica?

A verdade é que são várias as posições acerca do surgimento das Geografias² do passado, bem como as perspectivas que a estudam. Segundo Silva (2007, p. 75), a origem da Geografia Histórica:

Remonta ao século XVII quando era associada às escrituras e à geografia do Velho Testamento. No século XIX, tratava do estudo das civilizações antigas, sendo uma das tradições o estudo das fronteiras, estados territoriais e suas administrações.

Contribuindo neste debate, Ferro (1986) aponta para eliminar um possível equívoco entre geografia antiga³ e geografia histórica, que:

A primeira, entendida como o conjunto dos conhecimentos geográficos possuídos na Antiguidade, pode opor-se à geografia moderna, tão dilatada quanto à amplitude no horizonte cognoscivo (com consequências bem visíveis na cartografia) e, em seguida, fundada em metodologia sempre mais apurada e não meramente descritiva; a segunda, pelo contrário, é apenas um ramo da geografia moderna, a que está ligada pela unidade do método, baseando-se ambas no reconhecimento do território. Pode-se acrescentar que nos séculos sucessivos, e também recentemente, a geografia histórica manteve a sua individualidade apenas no âmbito da disciplina geográfica e da sua metodologia; inversamente sempre que tentou destacar-se, foi reduzida ao papel de disciplina auxiliar da história, encontrando expressão, sobretudo, na forma de dicionário ou de manual e limitando-se muitas vezes a fornecer ao historiador a correspondência moderna das localidades antigas e a associar aos nomes geográficos as indicações diversas dos geógrafos antigos (FERRO, 1986, p.32).

O mesmo autor atribui a Almagià, geógrafo italiano, a afirmação de que a Geografia histórica era filha do humanismo e teria como objetivo o estudo das condições geográficas das épocas passadas, sobretudo, no que se referia aos elementos humanos. Ao fazer menção ao surgimento da análise da Geografia histórica, Ferro (1986, p.31-32) assinala que:

Almagià indicou Ortelio como fundador da geografia histórica, porque com ele o elemento cartográfico aparece preponderante; Cluvério, uma geração depois, teve o mérito de mostrar como a reconstrução das condições geográficas das épocas passadas não é possível sem a observação das condições atuais. A geografia histórica afirmou assim o seu verdadeiro método científico, tomando por alicerce – como qualquer outro ramo da geografia – a observação direta.

Ao sugerir que a Geografia histórica era filha do humanismo, Ferro (1986) aponta que atentemos para a vinculação entre ela e as grandes descobertas geográficas, fato que contribuiu para a edificação da geografia moderna, demonstrando o desenvolvimento do conhecimento geográfico e da ciência geográfica como não dissociados dos acontecimentos sociais.

Conforme Lahuerta (2009), “Henry Clifford Darby (1983) cita um Atlas alemão de 1846 intitulado de *The Historical Geography of the Holy Land* como um dos primeiros exemplos de utilização do termo”. Esta autora ainda assevera que:

No século XIX, as mudanças nas fronteiras políticas e na extensão dos Estados motivaram estudos que dessem conta do processo formador dos territórios. No início do século XX, as monografias da geografia clássica francesa tinham na contextualização histórica um de seus diferenciais, fruto das relações entre essa disciplina e a produção historiográfica da Escola dos Annales. [...] (LAHUERTA, 2009, p.7).

Entendendo a Geografia como um campo institucionalizado, Silva (2007) assinala que:

Na Inglaterra, no século XIX, a Geografia Histórica era ensinada nas universidades por historiadores⁴. A ênfase era no cenário geográfico por trás da história, com mapas e Atlas sendo importantes auxílios às explicações. Essa produtiva associação, por sua vez, não foi suficiente para o estabelecimento da geografia enquanto disciplina acadêmica no século XIX. Depois de instituída academicamente, a ciência geográfica passou a negligenciar o tempo e, durante o século XX, prevaleceram as análises regionais e espaciais. (SILVA, p. 75-76).

Segundo Pires (2008), o surgimento da Geografia Histórica foi influenciado pelo historicismo da primeira metade do século XX, em sinal a crítica ao ambientalismo, apreendida na Geografia. Nesse contexto, o resgate e a valorização da ciência histórica nos processos geográficos e a análise dos processos espaciais seriam as principais oposições a então Geografia tradicional. Para este autor,

Auguste Longnon é reconhecido como o fundador da Geografia Histórica, geógrafo e historiador, foi responsável, no Collège de France, pela disciplina Geografia Histórica de 1892 até 1911. Já Roger Dion, além de ter sido professor do Collège de France de 1948 a 1968, foi também professor das Universidades de Lille e Sorbonne por um longo período. Profundo conhecedor das paisagens rurais da França, escreveu, em 1933, sua tese de doutoramento sobre o Vale de Loire e adquiriu reconhecimento pela grande contribuição que deixou sobre a história das videiras e a Geografia dos vinhos. Em seus estudos, procurou relacionar a influência do clima, do solo e das tradições de cultivo na história da produção francesa de vinhos e champagnes. (PIRES, 2008, p.3).

Baker (1984) *apud* Silva (2007, p. 76) estabelece como marcos da disciplina nos tempos modernos, “os estudos de Clifford Darby sobre a Geografia Histórica da Inglaterra de 1936, e de Carl Sauer sobre a Geografia cultural nos Estados Unidos”.

Ferro (1986, p.46), por seu turno, afirma que autores como Baldacci definia a Geografia Histórica como “a disciplina que estuda os fenômenos físicos e antrópicos decorridos no passado histórico, eventualmente ligados à proto-história e à pré-história, e reafirmando a necessidade de evitar toda a confusão com a história da geografia [...]”. Mas afinal a Geografia Histórica era uma disciplina autônoma? Um sub-ramo da geografia? Era compartilhada por geógrafos e historiadores? Estas questões nos levam à reflexão sobre a diferenciação entre a análise histórica e a análise geográfica e do que seria a Geografia Histórica e a Geo-História.

Geografia Histórica e Geo-História

Respondendo, em parte, as indagações elaboradas no tópico anterior sobre a diferenciação entre o olhar do historiador e o do geógrafo sobre determinada realidade e sobre o objeto de investigação da geografia histórica, passaremos à apreensão de como se dá a concepção dialética das categorias espaço-tempo na compreensão da realidade, procurando evitar uma visão segmentada destes dois campos.

No que concerne ao objeto de estudos da geografia histórica, Philo (2003) assevera que

[...] ao contrário das geografias mais sistemáticas não pode reivindicar um objeto de estudos perfeitamente definido, pois o que significa dizer que “história” é este objeto quando a história por si é tão heterogênea e pode ser estudada em tantos aspectos diferentes (e quando os próprios historiadores dividem suas investigações em caixas rotuladas “econômica”, “social”, “política”)? Além do mais, é evidente que os pesquisadores que se autodeterminam geógrafos históricos se concentram sobre uma diversidade de questões substantivas, e também tendem a fazer uso de uma diversidade de jogos de ferramentas filosóficas e metodológicas sobre uma diversidade de fontes primárias e secundárias. (PHILO, 2003, p.269-270).

Estabelecendo uma reflexão entre os campos disciplinares (Geografia e História), Moraes (2007), assevera que são dois campos de conhecimento afins, entretanto, por muito tempo percorreram caminhos diferentes na explicação da realidade. Por influência kantiana na divisão do conhecimento, coube à Geografia, ciência empírica, estudar o presente, e à História, estudar o passado.

Esta forma de analisar separadamente a relação espaço-tempo, em nossa opinião, foi prejudicial ao entendimento das mediações e particularidades existentes para além da aparência do real. Por isso, nossa proposta foi resgatar a história como elemento fundante da análise geográfica. Mas alguns cuidados devem ser tomados na adoção da perspectiva histórica para os estudos geográficos, a fim de evitar um estudo pretensamente de cunho historiográfico e de pouca ênfase na Geografia. Grandes contribuições para estas reflexões são encontradas em Moraes (2008), que atenta para algumas questões que permeiam a relação entre estes campos disciplinares.

De imediato, recusam-se as visões tradicionais mais recorrentes da relação enunciada – da parte dos historiadores, a localização da “geografia como introdução da história”, embasada na concepção herdeiriana como de ver a terra como ‘palco das ações humanas; - da parte dos geógrafos, a repisada formulação de ver a “geografia como história do presente”. (MORAES, 2008, p.21).

Segundo o autor supracitado, estas duas visões, ao invés de relacionarem as referidas ciências, fazem o contrário, dissociam-nas. Neste caso, a Geografia é anteato da História, enquanto na segunda, ela é posta como uma realidade pós-histórica. Acredita-se que uma análise mantendo a inter-relação entre estas duas ciências, caminha em sentido contrário. Devemos ter em mente, que a relação espaço-tempo é fundamental para entender a realidade e qualquer que seja o objeto de estudo. Neste sentido, Aguirre Rojas (2003), citado por Pires (2008, p.17), afirma que:

A proposta Braudeliana da geo-história [...] é afinal a exemplificação desta específica síntese entre história e geografia. Ela combina o ‘raciocínio histórico’ com o ‘raciocínio geográfico’, visando colocar em seu centro a dialética espaço/tempo que constitui, sem dúvida alguma, uma das coordenadas centrais de qualquer teoria social.

Assim, podemos entender a realidade em sua totalidade, ou seja, considerando-se os processos e mediações do universal e do singular para se compreenderem as particularidades concreto-abstratas. Neste sentido acreditamos que a história é a universalidade dos processos e a Geografia, a particularidade deste universal, concretizado nos lugares, uma vez que se devem espacializar as relações sociais. Segundo Moraes (2008, p.44):

[...] espacializar é de imediato particularizar, pois as determinações oriundas das características do meio (natural e construído) acabam dando às relações próprias de um modo de produção tonalidades locais específicas do lugar. Por isso a formação econômico-social é vista nesse sentido, sempre como realidade localizada temporal e espacialmente. O lugar sendo posto, assim, como mediação. A espacialidade como elemento particularizador dos fenômenos históricos.

A afirmativa desenvolvida por Moraes (2008) dá indícios de como a Geografia pode utilizar a História para fazer a análise geográfica do passado. Conforme Baker (1997) *apud* Lahuerta (2009, p.8),

A Geografia Histórica é de fato um estudo histórico: seu foco de interesse repousa na geografia de algum tempo passado, ou nas mudanças geográficas em algum período passado. Assim, compartilha a legitimação intelectual e moral com todos os estudos históricos. Mas Geografia Histórica também é fundamentalmente um estudo geográfico: ela coloca questões geográficas ao passado, e oferece uma perspectiva geográfica sobre o passado. Sua contribuição distintiva ao conhecimento e entendimento do passado é feita essencialmente enquanto geografia e não história.

A citação anterior é importante para demonstrar a diferenciação entre as análises geográfica e histórica, sem fazer necessariamente uma leitura fragmentada e excludente no que concerne aos dois campos do conhecimento. Outro fator importante observável é que a geografia não se prende obrigatoriamente a leituras do presente⁵ ou se mostra como uma geografia retrospectiva (que faz leituras do passado para entender a contemporaneidade). A Geografia Histórica pode entender a complexidade do passado ou mesmo das transformações espaciais em um determinado período, sem desenvolver inter-relações fixas e estanques com o passado.

Reforçando o debate sobre a perspectiva geográfica de análise do passado, Ferro (1986, p.67) afirma que:

[...] o trabalho e a investigação do geógrafo não pode deixar de ter em conta as transformações históricas do território que se examina, com duplo objetivo de reconstituir as condições do ambiente no passado e, sobretudo, de se reportar às formas de vida, às condições de civilização, às técnicas de trabalho e aos tipos de consumo do passado; e tudo isto não só para melhor compreender as condições de então, mas também as condições do presente [...].

A afirmação de Ferro (1986) torna perceptível a diferença do olhar e o papel do geógrafo na análise de uma realidade do passado, algo que nos permite elencar as

mediações históricas que possibilitaram a formação territorial e suas transformações no decorrer do tempo. Segundo Norton (1984), citado por Silva (2007, p. 76):

O que distingue a Geografia Histórica da História propriamente é que do ponto de vista da periodização, não há para a Geografia Histórica uma divisão lógica entre passado e presente, sendo a tarefa do geógrafo histórico não apenas descrever as mudanças na paisagem, mas compreender a mudança histórica do fenômeno geográfico.

Conforme Moraes (2000), o território só se explica pela história. Mas aqui devemos ter o cuidado para não cairmos numa história de caráter linear. Neste sentido, o entendimento da história enquanto processo se faz necessário, para que não caibamos numa apropriação da dimensão temporal de forma mecânica, como mera sucessão de fatos, levando em consideração, assim, as diferentes temporalidades que coexistem nas relações sociais.

Fomentando a discussão sobre a adoção da história como uma sucessão de tempos, sendo assim, uma história evolucionista, Moraes (2008, p.29) afirma que:

A teoria evolucionista da história – da qual a geografia humana é herdeira direta – aparece como a mais bem-sucedida teorização para equacionar a questão das desigualdades dos povos e das culturas, assumindo um percurso único entre a barbárie e a civilização, que permite classificar um dado grupo social por seu “estágio” no processo evolutivo. (p.29).

Este é um dos cuidados que devemos tomar ao adotarmos a perspectiva histórica para a explicação da realidade. Ao se considerar a história enquanto método e enquanto processo, outros cuidados se tornam essenciais, sobretudo, no que tange à questão das periodizações. De acordo com Ciavatta (2009), “datar cronologicamente os acontecimentos, de modo que cada data tenha um valor específico, é uma forma de evitar que ‘os acontecimentos se percam na voragem e nas brumas de um tempo indefinido’”. Inserindo as considerações de Odália⁶ acerca da problemática das periodizações, Ciavatta (2009, p.86) afirma que:

Periodizar não significa simplesmente datar. Periodizar é, também, dividir a história em termos de conteúdos. A periodização não é um problema apenas de datas, mas fundamentalmente de conteúdos formados pelos fatos relevantes ocorridos. Uma porção do tempo não é apenas uma ordenação arbitrária; é uma determinada porção da história com coloridos e matizes próprios – da mesma forma, as datas-limites.

Vale destacar ainda, a importância de entender que os processos se materializam no território com diferentes temporalidades, não existindo uma sincronia total das coisas. Não é que neguemos a simultaneidade dos eventos, sim afirmamos que eles têm diferentes temporalidades em diferentes espaços. Daí a importância para a geografia da contribuição da noção de não linearidade dos tempos históricos de Braudel (1996) e sua divisão do tempo, em curta, média e longa duração – ou tempo geográfico. Desse modo, uma análise que leve em conta a historicidade a longo prazo (Braudel, 1996; 2007), em

sua coexistência com os tempos médios e curtos, mostra-se importante para o estudo do espaço geográfico e da geografia histórica.

Trazendo o debate da Geografia para os estudos do urbano com enfoque no passado, a referência a Vasconcelos (1999) é salutar. Ele nos apresenta algumas proposições teórico-metodológicas acerca da Geografia Histórica do urbano. Propõe também a tomada de alguns procedimentos para um estudo das cidades brasileiras longe das ultrapassadas diacronias:

1) Estabelecer uma periodização das longas durações, examinando as continuidades e as grandes rupturas, de acordo com os eventos históricos de maior importância para a cidade em exame; 2) examinar o contexto de cada período em análise, buscando retirar das fontes primárias e secundárias disponíveis, o que ocorreu de mais importante para a cidade, e que aspectos nas diferentes escalas (internacional, nacional, regional, local), podem ter causado impacto direto e indireto na cidade. Devem ser considerados os ciclos econômicos (como o de Kondratiev) e examinadas as questões relevantes de ordem ideológica, política, econômica, social, cultural, espacial etc.; 3) Examinar os agentes mais importantes, externos e locais, que contribuíram para modelar a cidade, como o Estado, a igreja, os Agentes Econômicos, os diferentes estratos da população etc., com papéis e pesos diferenciados segundo o período em exame; 4) Finalmente, e mais importante para nós, examinar o desenvolvimento espacial da cidade em cada período, tomando como referência, principal a cartografia original (e a iconografia existente), mas complementada pelas informações escritas (inclusive as estatísticas), e de preferência fontes de fontes primárias. A partir de um certo nível de crescimento da cidade, as partes da mesma poderão ser examinadas individualmente, segundo os vetores principais de expansão (VASCONCELOS, 1999, p.199).

Na citação de Vasconcelos, podemos destacar um debate que é de suma importância para a geografia histórica, e que nos é bem caro, que é justamente o trabalho com fontes e documentação primárias. Primeiramente não temos a mesma tradição de trabalhar com as fontes primárias, como os historiadores. Depois não temos em nossa formação, as técnicas de manuseio com tais documentos e nem mesmo a orientação sobre a tipologia de fontes que podem ser pertinentes para nossas pesquisas. De acordo com Cardoso (1994), antes de realizarmos nossas coletas de dados é preciso uma sondagem da documentação primária e secundária disponível. A importância de trabalharmos com fontes primárias se faz devido à possibilidade de nós mesmos podermos fazer interpretações dos documentos e do contexto histórico analisado e não a partir de interpretações de terceiros.

Podemos acrescentar ao debate das fontes históricas as fotografias e mesmo a história oral. As fotografias têm papel importante na captura de imagens do real, que podem ficar guardadas e cristalizadas por muito tempo. Dependendo do olhar que se lance sobre a fotografia, muitas informações podem ser reveladas ou mascaradas. Ratificando estas ideias, Ciavatta (2009) assegura que:

Assim nos encontramos no cerne de uma discussão aberta, que é o conceito de fotografia como fonte histórica e os aspectos teóricos correlatos: a crença

na fotografia como imagem fidedigna, o realismo na fotografia, a sedução do prazer da visão, a informação e a desinformação trazidas pela ambiguidade de sentidos que envolvem o objeto fotográfico, a subjetividade e a objetividade que a fotografia carrega, o problema do olhar, da interpretação, que é buscar desvendar a natureza do documento fotográfico (p.115-116).

Para a lógica positivista, a fotografia seria a imagem fidedigna do real, cabendo algumas ressalvas sobre a retratação objetiva e fiel da realidade sobre essa interpretação, visto que a fotografia não é indissociável da ideologia, das técnicas e do período ao qual pertence, além de nela estar contidas a subjetividade e a intencionalidade de quem esta fotografando.

No referente ao uso da história oral, alguns cuidados devem ser ressaltados quanto de sua utilização, o que não significa negar sua importância. Para Queiroz (1986)

História oral é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação, ou cuja documentação se quer completar. Colhida por meio de entrevistas de variada forma, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade. Neste último caso, busca-se uma convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo (QUEIROZ, 1986, p.6).

Importante cuidado nesta etapa deve ser o de sempre situar o posicionamento, ou seja, a visão de mundo do entrevistado e do entrevistador e saber articulá-la com o real, tendo o cuidado de não se cair numa leitura somente de subjetividades, como adverte Ciavata:

Como toda história, o depoimento, a história de vida e sua interpretação estão sujeitas às concepções teóricas do pesquisador, à sua visão do homem e à sua relação com a sociedade. A concepção do real como uma totalidade que envolve múltiplas determinações orienta-nos para a importância de contextualizar as entrevistas quanto ao momento de sua realização, à relação entre pesquisador e sujeito pesquisado e ao próprio conteúdo das informações fornecidas pelo entrevistado. (2009; p. 108).

Prosseguindo sua análise, essa autora salienta, que a “história de vida, o relato oral, o depoimento são, pois, variações da mesma técnica, que têm como base a entrevista, a forma mais antiga e mais divulgada de coleta de dados orais nas ciências sociais. Seu uso depende do objetivo em vista”. (CIAVATTA, 2009, p.109).

O fato de a história oral não ser objetiva não significa que ela não seja utilizável, visto que nem mesmo os inventários, as descrições minuciosas o são. Cabe nesta situação o papel daquilo que Minayo (2008) chama de “criatividade do pesquisador”, ou seja, juntar os fragmentos dos discursos e compará-los com outras fontes, procurando ter o maior grau de coerência com a realidade.

A utilização coerente da história oral ou das demais fontes orais pode proporcionar o desvendar de muitos acontecimentos e de sujeitos que a história oficial e os dados estatísticos não oferecem. Neste sentido assevera Ciavatta:

Outro ponto deve ser mencionado, sobre o trabalho de coleta de análise dos relatos. O sentido que, por vezes, se tem dado à história oral é o de criar possibilidades de produção de documentos para confronto com a documentação oficial, tida como impregnada de ideologia dominante. Os produtos da história oral seriam documentos nos quais a palavra é concedida àqueles que não tiveram oportunidades de registrar suas versões sobre os acontecimentos. (CIAVATTA, 2009; p.111).

Esse procedimento assume, assim, papel importante não apenas como fonte histórica, mas também para desmascarar e desmistificar alguns dados que são tidos como verdade absoluta.

Feitas as observações, voltemos para o debate da Geografia Histórica urbana. Abreu (2003) considera que pensar as cidades como compositórias de espacialidades e de temporalidades é reconhecer que o processo de produção do espaço urbano gera formas, conteúdos e representações que se inserem em múltiplos níveis de investigação. Acrescenta que:

[...] No que diz respeito às formas, já sabemos que devemos considerar as cidades como acumulações de tempo. Mas isso não basta. É preciso também que reconheçamos que os processos sociais que ocorrem no presente das cidades, e que dão sentido às formas que ali estão, precisam – eles também – ser inseridos em múltiplas escalas temporais. Se o tempo do evento, do acontecimento, do imediato, é aquele que mais nos chama a atenção, por estar mais próximo de nós, por se materializar em paisagens e representações que são rapidamente captadas pelos nossos sentidos, por alterar a nossa vida cotidiana, ele só adquire significado maior se o inserirmos em tempos mais espessos, tempos braudelianos, tempos da conjuntura e da longa duração. E estes, por sua vez, só podem ser corretamente compreendidos quando relacionados com as escalas espaciais. Isto por que o que nos interessa é o tempo social, e este só faz sentido quando relacionado ao espaço. Fecha-se, pois, o círculo. (ABREU, 2003, p.97).

A citação permite-nos entender a importância de analisar a realidade em suas sincronias e diacronias e de como a proposta braudeliana pode contribuir para a leitura geográfica.

Argumentando acerca da Geo-História e da Geografia Histórica, Silva (2007, p.77) assevera que:

A Geografia Histórica oferece subsídios técnicos e conceituais relativos à: pesquisa de documentos históricos, nomeadamente arquivos e mapas; registros territoriais; nomes de lugares; dados estatísticos; fontes literárias e outros, além dos instrumentos para a análise crítica das informações.

Para Silva (2007), é possível elencar três trajetórias de análise da Geografia Histórica. São elas: a Geo-História de Fernand Braudel, com sua interpretação das civilizações como espaços e com sua diferenciação dos tempos em curta, média e longa duração (ou tempo geográfico); a perspectiva da Geografia Histórica anglo-saxã e seus vários métodos

de investigação histórica em Geografia; e a abordagem cultural na Geografia e sua dimensão simbólica de releitura das geografias do passado.

Fomentando o debate acerca da conceitualização da Geografia Histórica, Philo (1996) afirma ser este “um termo que vem sendo empregado há muito no mundo da língua inglesa para descrever certas variedades de escritos topográficos, e é um termo que, nos anos mais recentes, veio a identificar uma subdisciplina aparentemente distinta da geografia acadêmica”.

Pires (2008) afirma ser este, o ramo da Geografia Humana, que trata da análise das relações estabelecidas entre o homem e a natureza ao longo do processo histórico. Conforme Uzué (1995) *apud* Pires (2008, p. 16):

A Geografia Histórica consiste na adoção do método geográfico para a descrição de um período histórico do passado [...] utilizando dados obtidos, estudando geneticamente a produção e ocupação do espaço pelos homens, constatando que os componentes de uma paisagem não se alteram no mesmo ritmo nem no mesmo tempo.

Estes autores também afirmam que a Geo-História é um ramo da Geografia Humana resultante da combinação de métodos de investigação e metodologias de duas ciências, Geografia e História.

Atentamos para o fato de que como na Geografia, a História também passou por transformações epistemológicas, culminando no surgimento da conhecida “História Nova”, que deu subsídios à Geo-História. Segundo Burke (1997), a Escola dos Annales se apresentou como uma verdadeira revolução na historiografia francesa, rompendo com a visão factual e descritiva da História. Esta escola⁸ teve como membros fundadores Lucien Febvre e Marc Bloch.

Bloch e Febvre lutaram incansavelmente por uma história total, quer dizer, por uma história centrada na atividade humana, na vida dos grupos e das sociedades. Esboçaram essencialmente, uma história-problema, uma história que não caísse no refúgio positivista da monografia exclusiva ou na absurda pretensão da filosofia da história – a de uma síntese a todo transe [...]. (CARDOSO e BRIGNOLI, 1983, p. 471).

Para Cardoso e Brignoli (1983), as ideias de Bloch e Febvre não eram tão novas, visto que Henri Berr já havia esboçado críticas à história positivista no início do século XX. O grande mérito de Bloch e Lefvre foi, portanto, a criação de um novo tipo de história, como alternativa prática à história positivista.

A segunda geração da Escola dos Annales trouxe contribuições para uma reaproximação da Geografia com a História, notadamente na pessoa de Fernand Braudel e sua Geo-história. Para Lira (2008), a Geo-História, como ficou conhecido este novo campo epistemológico, unifica os elementos da geografia e da história através da noção de ritmo e mediante a circulação. De acordo com Pires (2008, p.9):

O surgimento do campo da Geo-História, no início do século XX, representou uma ruptura pelo pensamento crítico da historiografia da História

Contemporânea com a tradição das narrativas pessoais factuais, e inaugurou o nascimento do movimento pela 'Nova História', que defendeu a substituição da história baseada no relato episódico, por outra história baseada na análise científica de problemas, pela história que valoriza a pesquisa e o diálogo com outras disciplinas, ou que promova o enfoque de natureza interdisciplinar.

Alguns entendimentos da Geo-história propostos por Braudel merecem um maior detalhamento para compreendermos como podemos estabelecer o diálogo entre Geografia e História na perspectiva deste autor. Com este intuito desenvolvemos um tópico específico acerca da proposta da geo-história braudeliana e sua contribuição para a Geografia.

Considerações Geo-Históricas: a Contribuição de Braudel

Fernand Braudel, sem sombra de dúvidas, foi um dos maiores historiadores do século XX, contribuindo tanto para o campo da História (em específico), quanto para as ciências sociais (de uma forma geral). As elaborações teóricas dele de acordo com Aguirre Rojas (2002) foram assimiladas pelos mais diversos estudiosos e correntes de pensamento.

Segundo Aguirre Rojas (2002), a proposta teórica de Braudel foi revolucionária, pois conseguiu resgatar as diferentes temporalidades do período pré-capitalista, superando-as, ao mesmo tempo em que rompia (sem negá-las por completo) com a visão linear e homogênea do tempo histórico adotada pela modernidade.

Este tópico, não constitui uma revisão bibliográfica, tampouco uma releitura do pensamento de Braudel, mas um esforço de entendimento de suas contribuições à Geografia, considerando-se evidentemente, sua proposta da Geo-história.

Partimos do pressuposto de que nenhuma teoria é criada do nada, estando sempre vinculada à história de vida e às contribuições de seu criador. Dessa forma, concordamos com as considerações de Contel (2010), sobre a importância do pensamento braudeliano para os estudos geográficos. Ele assevera que a extensa obra de Braudel, denominada *O Mediterrâneo*, foi influenciada por suas experiências de vida, como por sua estadia na prisão durante a Segunda Guerra Mundial e sua estada na Argélia e no Brasil. Na mesma linha de entendimento, Wallerstein (1989), Aguirre Rojas (2002) e Secco (2008), atribuem papel importante a tais experiências de vida do pensador para sua elaboração das diferentes temporalidades históricas e de longa duração. Wallerstein (1989) chega a afirmar que Braudel surgiu como o "homem da conjuntura".

A conjuntura e a estrutura tiveram papel fundamental na obra de Braudel, principalmente, quanto ao entendimento da história de longa duração, desenvolvido com maior profundidade no texto *História e Ciências Sociais: A longa duração* (1958; 2007), em que o autor propõe uma linguagem comum às ciências sociais.

Mas, de fato, o que seria a Geo-história? Qual a sua origem epistemológica? O que ela representa na obra de Braudel?

Secco (2008, p.5-6) enfatiza a história e a idade da palavra *geo-história*:

No século XIX, os geólogos a usaram para falar da história da terra. Mas o termo era tão impreciso quanto a expressão 'história natural'. Pois essas

'histórias' expurgavam os homens e as mulheres. A Geo-história foi reivindicada nada mais, nada menos do que por Fernand Braudel em sua tese *La Méditerranée* (1949). Mais tarde, explicitada em uma resenha na revista *Annales* (Braudel: 1951, 487). Depois, abandona! Tanto que Braudel retirou o item 'Geo-história' da segunda edição de sua obra máxima (Braudel, 2002, 124).

O abandono da Geo-história, segundo Contel (2010), deu-se pela aproximação do termo com a geopolítica, que naquele contexto histórico (pós - Segunda Guerra Mundial), não era bem interpretada, devido suas aproximações com a política expansionista alemã.

Entretanto, conforme Lira (2008), não foi somente na relação com a geopolítica que a obra de Braudel se aproximou da ciência geográfica, visto que suas obras, *Mediterrâneo* e *Civilização material*, sofreram influências do pensamento de Vidal de La Blache e Ratzel, respectivamente.

Segundo Lira (2005) *apud* Secco (2008), a abordagem de Braudel em sua obra *O Mediterrâneo*, é inovadora quando comparada a de geógrafos contemporâneos. Para Aguirre Rojas (1996) *apud* Secco (2008), a visão braudeliiana de espaço não era mais um palco, mas um "campo de possíveis, como um esquema ao mesmo tempo aberto e determinado. Ou seja, um espaço de opções limitadas e limitantes, mas não unívocas nem linearmente determinadas".

Seguindo raciocínio semelhante, Ribeiro (2006, p.98) afirma que:

A Geografia, tal como concebida por Braudel, impõe parcialmente um ritmo, um movimento, uma cadência, com os quais a história humana necessariamente termina por se adaptar. Muito mais do que um quadro fixo e imóvel, o espaço geográfico representa um personagem histórico e uma estrutura integrante do cotidiano.

Conforme Aguirre Rojas (2002) e Ribeiro (2006), a geografia acompanhou boa parte da obra de Braudel. A influência da geografia foi tão marcante, que Ribeiro (2006, p. 100) enfatiza que:

Ampliando a escala regional consagrada pela Geografia francesa, percorre inicialmente o Mediterrâneo do século XVI como se quisesse dizer que antes, bem antes de Felipe II, da política, da diplomacia e da economia, a história das sociedades se inicia com suas conexões com o meio (não seria por isso que abre seu último livro se perguntando se a Geografia teria inventado a França?). E descobre assim o cultivo das oliveiras, o nomadismo e a transumância, a alternância das estações, a dinâmica dos ventos, as distâncias [...].

Burke (1992) *apud* Pires (2008, p.16) explica que a utilização da Geo-história por Braudel na obra *O Mediterrâneo* tem como objetivo,

Demonstrar que todas as características geográficas têm a sua história, ou melhor, são parte da história, e que tanto a história dos acontecimentos quanto a história das tendências gerais não podem ser compreendidas sem elas.

Já Secco (2008, p.24) defende que Braudel concebe o espaço como o *locus* da longa duração, e assim se expressa:

Mas não um espaço que é apenas sinônimo de meio geográfico tradicional. Um espaço humano que é ponto de articulação do mental, do social, do econômico, do cultural e do espaço físico. Isto resolve um dilema: a longa duração não é propriamente específica da Geografia, como a conjuntura não é exclusivamente econômica e o tempo breve não pertence só à política. Há eventos na Geografia física: o terremoto de Lisboa (1755), por exemplo. Há eventos na história literária: publicação de Macunaíma (1928). Há conjunturas nesta mesma história: os modernistas literários. Na economia, os eventos são muitos: a queda da bolsa em 1929, para falar de um evento ruidoso. Ou uma subida do preço do pão às vésperas da tomada da Bastilha.

Com efeito, Braudel trouxe inovações não somente ao que diz respeito à visão de espaço, mas também, quanto ao tempo, procurando ir além da visão de tempo episódico, de narrativa linear, de tempo do evento, que exige uma continuidade sequencial dos fatos, justificando a visão do presente, passado e futuro. Segundo Ribeiro (2006), a este conjunto de aspectos, Braudel respondeu com a dialética da duração: o triênio presente-passado-futuro deu lugar a uma articulação entre o tempo curto dos eventos, o tempo intermediário das conjunturas e o tempo longo das estruturas.

Ribeiro (2006, p.95) postula que:

Ao se adotar a longa duração como fundamento, ressaltada a especificidade do tempo histórico frente ao tempo dos físicos e dos filósofos, o resultado é uma história cujo tempo torna-se desacelerado, introduzindo ‘a abordagem da repetição, da permanência, em um conhecimento antes limitado à irreversibilidade e à mudança.

De acordo com Braudel (1996b) o curto prazo e o longo prazo coexistem e são inseparáveis, e acrescenta que “vivemos ao mesmo tempo no curto e no longo prazo: a língua que falo, o ofício que exerço, minhas crenças, a paisagem humana que me rodeia, eu herdei; existiam antes de mim, existirão depois de mim”. Já na sua célebre obra sobre a longa duração (BRAUDEL, 1958; 2007) esclarece que dar ênfase ao longo prazo, não significa negar o curto prazo, em que a própria estrutura deve ser entendida historicamente.

Mas não é somente em obras como *O Mediterrâneo, A identidade da França, Ciências Sociais: a longa temporalidade* dentre outras, que a relação de Braudel com a geografia é estreitada. Conforme palavras de Ribeiro (2006), a trilogia de livros de Braudel, *Civilização Material, Economia e Capitalismo: Séculos XV-XVIII*, revela uma dimensão geográfica da economia, em que se ressalta o papel geográfico na constituição do capitalismo. Isso nos leva a crer, que há semelhanças entre os estudos de Braudel e Harvey (2005, 2006) no que concerne à Geografia Histórica do capitalismo, quando o último analisa o desenvolvimento geográfico desigual desse modo de produção no espaço geográfico.

Na segunda parte de sua trilogia, no volume conhecido como *Os jogos das Trocas*, Braudel (1996a) reconhece a necessidade de superação do espaço para o desenvolvi-

mento das trocas em escala mundial, algo que denomina de *economia mundo*. E é justamente nesse ponto que Ribeiro (2006) atribui a importância do conceito de redes em Braudel, destacando as redes políticas, sociais, econômicas ou técnicas, na empreitada capitalista, com o intuito de atingir o desenvolvimento das trocas, do comércio e da economia como um todo.

Já na terceira parte de sua trilogia, conhecida como *O tempo do Mundo*⁹, Braudel (1996b, p.12) afirma que:

O espaço, fonte de explicação, põe em causa ao mesmo tempo todas as realidades da história, todas as partes envolvidas da extensão: os Estados, as sociedades, as culturas, as economias... E conforme escolhemos um ou outro destes conjuntos, modificar-se-ão o significado e o papel do espaço. Mas não inteiramente.

Mas a grande contribuição de Braudel foi a de mostrar a existência da não linearidade dos tempos históricos, no entendimento da realidade, no que se refere à estrutura ou conjuntura de longo prazo, como algo em que coexistem diferentes temporalidades históricas. Esta visão se reveste de grande importância para a compreensão da realidade como totalidade. Todavia não faremos aqui uma descrição detalhada da obra braudeliiana, visto que os tópicos debatidos anteriormente constituem apenas premissas para o entendimento da problemática, servindo para apreendermos as mediações geográficas no que tangem as relações espaciais. Assim, lançamos o desafio do estudo de longa duração e das diferentes temporalidades históricas propostas por Braudel (1958; 2007), visto que, como afirma Aguirre Rojas (2002, p. 30-31), é:

[...] muito simples apresentar e esquematizar a teoria das temporalidades diferenciais, assinalando uma longa, uma média e uma curta duração – o que já foi feito milhares de vezes em todo o mundo -, embora seja extremamente complicado conseguir descobrir e apreender em sua real operatividade histórica essas mesmas estruturas da longa duração histórica.

Se aplicarmos a longa duração proposta por Braudel (2007), para uma leitura das permanências e rupturas nas formações territoriais de capitalismo tardio, perceberemos a complexidade de relações que compõe a produção do espaço. Além disso, se aplicarmos a leitura da longa duração a espacialização das relações capitalistas de produção, poderemos estabelecer diálogos com a Geografia Histórica do capitalismo proposta por Harvey, onde perceberemos a permanência de relações sociais pretéritas ao capitalismo, a exemplo da espoliação. Neste sentido tecemos alguns aspectos da proposta de Harvey.

Geografia Histórica do Capitalismo: Uma Perspectiva da Leitura de Harvey

Uma análise crítica e para além da aparência, leva-nos à conclusão de que o modo de produção capitalista inexistiria caso se pautasse apenas na produção da mercadoria. Conforme Marx (1893), não adiantaria para o capitalista o esquema simples M-D-M e nem o esquema D-M-D. Nestes dois casos, não se teria a criação de mais-valor/valia.

Seria necessária a produção ampliada de capital, caracterizada pelo esquema $D - M - D'$ para efetivá-la. A busca por superlucros e a acumulação ampliada se tornariam, portanto, fatores essenciais para o desenvolvimento do capitalismo, urgindo a expansão da produção, da circulação, das trocas, do consumo, da exploração, e mesmo, da ampliação de novos mercados.

Daí que para conseguir novos mercados, o capitalismo carece da ampliação do comércio em níveis externos, surgindo uma concorrência intercapitalista, que dá origem aos monopólios Lênin (2008) e ao imperialismo. Pensando de forma semelhante, Luxemburg (1985) mostra que a reprodução do capital seria impossível num sistema capitalista fechado por não haver uma correspondência entre o crescimento da oferta de bens e o crescimento da procura. Dessa forma, para a realização da mais-valia, num esquema de reprodução ampliada, o capitalismo deve se expandir para regiões capitalistas subdesenvolvidas. Nesses locais, ele encontraria não somente um escoadouro para a sua própria produção, mas também meios de produção, de consumo e mão de obra barata.

Fazendo uma leitura atenta da obra de Marx, Harvey (2005a) percebe que a teoria da acumulação do capital deste pensador revela seu reconhecimento da acumulação de capital como decorrente de um contexto geográfico, criador de estruturas geográficas específicas.

Segundo Harvey (2005a, p. 43):

A teoria de Marx do crescimento sob o capitalismo situa a acumulação de capital no centro das coisas. A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico [e] inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos. O estado estacionário da reprodução simples é, para Marx, logicamente incompatível com a perpetuação do modo capitalista de produção.

É justamente quanto ao caráter expansível do capital, que Harvey (2005a) faz atribuições sobre o que denomina de ajustes espaciais e, posteriormente, ordenações espaço-temporais (HARVEY, 2005b), justificando que o capitalismo tem na produção do espaço uma de suas perspectivas de reprodução e mesmo de fuga das crises.

Fundamentado em autores da teoria social do espaço como *meio* e *condição* para a sobrevivência do sistema reprodutor de mercadorias, Harvey (2005a; 2005b) entende o espaço como solução temporária para as crises de superacumulação, em que tanto o capital, quanto o trabalho, tornam-se excedentes no espaço em questão:

A crise se manifesta como condição em que os excedentes tanto de capital como de trabalho, que o capitalismo precisa para sobreviver, não podem ser absorvidos. Denomino isso de estado de superacumulação. (HARVEY, 2005, p. 133).

Na tentativa de absorver o excedente e instaurar um novo patamar de acumulação, os capitalistas, segundo Harvey (2006 e 2005b), podem recorrer às seguintes estratégias: i) desvalorização de mercadorias, da capacidade produtiva, do valor do dinheiro, da

força de trabalho; ii) controle macroeconômico, impondo um sistema de regulação para conter o problema da superacumulação; e iii) absorção da superacumulação por deslocamento temporal e/ou espacial. Estes deslocamentos são exemplificados na citação seguinte:

Esses excedentes podem ser potencialmente absorvidos pelos seguintes fatores: (a) o deslocamento temporal mediante investimento em projetos de capital de longo prazo ou gastos sociais (como a educação e a pesquisa) que adiam a futura reentrada em circulação de valores de capital; (b) deslocamentos espaciais por meio da abertura de novos mercados, novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos, sociais e de trabalho, em outros lugares; ou (c) alguma combinação de (a) e (b). (HARVEY, 2005b, p. 93-94).

A ação isolada dos fatores (a) ou (b) (deslocamentos temporais e espaciais) possui efeito limitado na tentativa de sanar as crises que já foram historicamente refutadas como alternativas duradouras de manutenção da acumulação, tal como na falência do regime fordista-keynesiano. É interessante ressaltar que o ordenamento espaço-temporal tem como finalidade absorver o capital e a força de trabalho excedente impedindo uma crise de realização. O objetivo final de tais deslocamentos é expandir a demanda efetiva por produtos e capitais, possibilitando a alocação de capital e força de trabalho anteriormente excedentes e transferindo-as para um espaço com relativa escassez.

Apoiando-se em autores como Luxemburg (1985) e sua teoria da acumulação de capital, Lênin (2008) e a teoria do imperialismo, bem como Trotsky (2007) e a teoria do desenvolvimento desigual e combinado - autores que a nosso ver inserem uma discussão de caráter geográfico para a análise expansionista do capitalismo, Harvey reforça suas proposições acerca dos ajustes espaciais ou ordenações espaço-temporais e do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo.

Como é de nosso conhecimento, o capitalismo não se desenvolve de forma homogênea nos diferentes lugares. Sobre esta perspectiva, Trotsky (2007, p. 21) assevera que:

As leis da História não têm nada em comum com o esquematismo pedantesco. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se vêem obrigados a avançar a saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do *desenvolvimento combinado*, aludindo à aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas. Sem recorrer a esta lei, enfocada naturalmente, na integridade de seu conteúdo material, seria impossível compreender a Rússia, nem a de nenhum outro país de avanço cultural atrasado, seja em segundo, terceiro ou décimo grau.

Do mesmo modo, Harvey (2005a; 2005b) propõe estudar como se deu o desenvolvimento histórico do capitalismo e sua espacialização nos diferentes lugares. Em seu livro *A produção capitalista do espaço*, orienta-nos a analisar como o capitalismo cria

algumas paisagens e estruturas espaciais benéficas à sua reprodução em determinados contextos históricos, sendo necessário que muitas vezes se destrua e recrie em tempos posteriores e com outras funcionalidades.

Já em *O novo imperialismo*, Harvey faz um resgate crítico de Rosa Luxemburg, reforçando a importância do entendimento da teoria do subconsumo, da sobreacumulação e da necessidade que o capitalismo tem de buscar soluções externas a si (dialética interna-externa) para a resolução de suas crises, ou seja, a necessidade da expansão geográfica de novos mercados e também a comercialização com formações sociais não-capitalistas e a manutenção destas para a realização de superlucros.

Incorporando a análise da dialética interna-externa, Harvey (2005b) propõe examinar de que maneira a “relação orgânica” entre reprodução expandida de um lado e os processos muitas vezes violentos de espoliação do outro, têm moldado a Geografia Histórica do capitalismo. Para ele, uma reavaliação geral do papel contínuo e da persistência das práticas predatórias da acumulação “primitiva” ou “original” no âmbito da longa Geografia Histórica do capitalismo é imprescindível. (Cf. Harvey, 2005b).

Procurando demonstrar que o desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo na atualidade ainda ocorre através de relações não-capitalistas e achando estranho qualificar estas relações como primitivas ou originárias para um processo ainda em andamento, Harvey (2005b) recomenda o conceito de acumulação por espoliação. A espoliação corresponderia a uma diversidade de práticas, como a expulsão do camponês do campo, sua proletarização, a privatização das terras, a permanência de relações de trabalho não capitalistas, dentre outras práticas. É neste sentido que afirmamos que a leitura da longa duração de Braudel (2007) e das diferentes temporalidades Braudel (1996), associada à Geografia Histórica de Harvey, pautada na história enquanto método e enquanto processo pode nos fornecer uma importante leitura para o descortinar do real e mesmo para uma leitura da economia política do território.

Considerações Finais

Compreender como o universal se materializa no particular, evidenciando as singularidades deste processo, é tarefa *sine qua nom* para aqueles que buscam o entendimento da realidade enquanto totalidade.

Nesta perspectiva, acreditamos que a análise espaço-temporal é essencial para o desvendamento das mediações que compõem o movimento da totalidade.

Este trabalho traçou um debate teórico-conceitual acerca das geografias que estudam o passado, além de um resgate da história como elemento fundamental para a análise geográfica. Ressaltamos a importância de entendermos a História enquanto método e processo e não meramente enquanto campo disciplinar.

Entendemos que a análise com base na Geografia Histórica é capaz de trazer contribuições incomensuráveis para o estudo da Geografia. Conforme Ferro (1986), as investigações dos geógrafos não podem deixar de lado as transformações históricas do território examinado. Somos partidários do pensamento de que a ciência geográfica estuda não só o presente, mas também o espaço e as relações sociais que se materializaram no devir histórico. A Geografia Histórica propõe entender a complexidade do passado ou mesmo

as transformações espaciais em um determinado período, podendo trazer questões geográficas sobre o passado.

Assinalamos ainda, a importância da utilização de fontes históricas primárias, como documentos, jornais e fotografias, por exemplo, assim como, a utilização da história oral, como instrumentos de interpretação geográfica para a reconstituição das paisagens do passado. Tais procedimentos se tornam fundamentais para o entendimento da formação territorial e das transformações espaciais no transcorrer do processo histórico, permitindo evidenciar fatos e sujeitos históricos que ficaram mascarados pelos dados estatísticos que por si só não conseguem dar conta da totalidade.

Referências Bibliográficas

ABREU, M.A. Cidades: espacialidades e temporalidades. In: CARLOS, A.F.A. (Org.). *Dilemas urbanos: Novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____, M.A. Sobre a Memória das Cidades. In: *Revista Território – LAGET/UFRJ*, nº 4, Ano III, Jan/Jun. 1998.

AGUIRRE ROJAS, C.A. *Tempo, Duração e Civilização: perspectivas braudelianas*. [Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela]. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. v. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1996a.

_____. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. v. 3. [Tradução Telma Costa]. São Paulo: Martins Fontes, 1996b.

_____. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BURKE, P. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. [Tradução Nilo Odalia]. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

CARDOSO. C.F.S. *Uma introdução à história*. 10ª ed. São Paulo: editora brasiliense, 1994.

CARDOSO, C.F.S.; BRIGNOLI, H.P. *Os métodos da História*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Edições Grall, 1983.

CIAVATTA, M. *Mediações históricas de trabalho e educação: gênese e disputas na formação dos trabalhadores (Rio de Janeiro, 1930-1960)*. Rio de Janeiro: Lamparina; CNPQ; Faperj, 2009.

CONTEL, F.B. O Mediterrâneo de Fernand Braudel: diálogos possíveis com o pensamento geográfico. In: BONFIM, P.A. e SOUSA NETO. M.F. (Orgs.). *Geografia e pensamento geográfico no Brasil*. São Paulo: Annablume; FFLCH-USP; GEOPO, 2010.

Lima, A. M. e Amora, Z. B.

ERTHAL, R. Geografia Histórica – Considerações. *GEOgraphia* -Ano V - No 9 – 2003.

FERRO, G. *Sociedade Humana e Ambiente no Tempo: Temas e problemas de Geografia Histórica*. [Tradução de Carminda Cavaco]. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. (Coleção Geografia e Adjacências). São Paulo: Annablume, 2005a.

_____. *O novo imperialismo*. 2ª. ed. São Paulo: Loyola, 2005b.

_____. *Condição Pós-Moderna*. 15ª. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

LAHUERTA, F.M. *Geografias em movimento: território e centralidade no Rio de Janeiro Joanino (1808-1821)*. São Paulo, 2009. Dissertação de Mestrado – USP.

LEON, T. *História da Revolução Russa*. [Tradução de Diego Siqueira]. São Paulo: Sundermann, 2007. (Tomo Um, parte Um).

LIRA, L.A.F.B.; LA BLACHE, V. Geo-História e História da Geografia. In: *Confin* [Online], 2 |2008, posto online em 28 mars 2008. URL: <http://confins.revues.org/index2592.html>
DOI : en cours d'attribution.

LIRA, L.A. O “modelo insular”: Ratzel e suas contribuições às ideias de Fernad Braudel sobre as origens do capitalismo. *Revista de Economia Política e História Econômica*. São Paulo: Núcleo de Economia Política e História Econômica, n 13, ano 05, julho. 2008.

LUXEMBURG, R. *A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. 2ª. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LENIN, V.I. *O imperialismo: Fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro; 4ª. ed. – 2008.

MARX, K. *O capital: Crítica da Economia Política*. Livro 2. O processo de circulação do capital. [Tradução de Reginaldo Sant’Anna]. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1893.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MORAES, A.C.R. *A gênese da Geografia Moderna*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1989.

_____. *Bases da formação territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. *Geografia: pequena história crítica*. 21ª. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. *Território e História no Brasil*. 3ª. ed. São Paulo: Annablume, 2008.

MOREIRA, R. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

ODÁLIA, N. *O tempo e a história*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, (7); 1965.

PIRES, H.F. Reflexões sobre a Contribuição da Geografia Histórica e da Geo-História na Renovação dos Pensamentos Geográfico e Histórico no Século XX. In: *I Colóquio Brasileiro de História do Pensamento Geográfico 2008*. Uberlândia: UFU, v.1, p.01-18. 2008. Disponível em:< <http://br.monografias.com/Geografia/index.shtml>>. Acesso em: 20.out.2009.

PHILO, C. História, geografia, e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, DEREK et al. (Org). *Geografia Humana – Sociedade, Espaço e Ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

QUEIROZ, M.I.P. *Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”*. 38ª Reunião da SBPC. Curitiba, jul. 1986.

RIBEIRO, G. *Epistemologias braudelianas: espaço, tempo e sociedade na construção da geo-história*. GEOgraphia, Niterói-RJ: UFF-EGG, Ano VIII, nº 15, 2006.

VASCONCELOS, P.A. Questões metodológicas na geografia urbana histórica. In: VASCONCELOS, P.A. e MELLO e SILVA, S.B. (Orgs.). *Novos estudos de Geografia urbana*. Salvador: Editora da Universidade Estadual da Bahia, 1999.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SECCO, L. *Geo-História*. Revista de Economia Política e História Econômica. São Paulo: Núcleo de Economia Política e História Econômica, n. 13, ano 05, Julho. 2008.

SILVA, L.M.T. *Trajetórias pela Geografia Histórica*. In: BEZERRA, A.C.A.; GONÇALVES, C.U.; NASCIMENTO, F.R.; ARRAIS, T.A. (Orgs.). *Itinerários Geográficos*. Niterói: EdUFF, 2007. 356p.

WALLERSTEIN, I. *O homem da conjuntura*. In: LACOSTE, Y. (Org.). *Ler Braudel*. [Tradução de Beatriz Sidou]. Campinas, SP: Papyrus, 1989.

ZUSMAN, P.B. *Sociedades geográficas na promoção do saber ao respeito do território: Estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1941) e no Brasil (1838-1945)*. São Paulo, 1996. (Dissertação de Mestrado).

Recebido em: 13/07/2012 Aceito em: 28/12/2012

¹ De acordo com Rui Erthal (2003), a geografia histórica, muitas vezes, tem sido confundida com história da geografia e, em função de falta de uma definição mais precisa, apresenta uma imensa gama de definições como geografia do passado, paisagem em mudança, o passado no presente.

² Não pretendemos neste artigo, desenvolvermos uma discussão epistemológica acerca da institucionalização da Geografia enquanto status acadêmico e nem mesmo trataremos de um trabalho com enfoque na história do pensamento geográfico ou na história da geografia, visto não ser nosso objetivo principal. Para tais debates ver Moraes (1989) a gênese da geografia Moderna e mesmo Rui Moreira (2006) em seu livro *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. Atentamos ainda que o conhecimento geográfico vá além dos discursos do campo disciplinar da geografia institucionalizada.

³ Sandra Lencioni (2003), em seu livro *Região e Geografia*, traz a diferenciação entre o que seria conhecimento geográfico e geografia como ciência propriamente dita. Leitura semelhante, mas com enfoque na realidade da Geografia brasileira é feita por Moraes (2008), refletindo sobre o assunto.

⁴ Ribeiro (2006) assevera que na França, a Faculdade de Letras proporcionava uma dupla formação, na qual, só com o passar dos anos, o diplomado optava por tornar-se historiador ou geógrafo. Havia, portanto, um fértil campo de possibilidades. Exemplos conhecidos desta situação são os de Paul Vidal de La Blache, formado historiador, porém geógrafo consagrado, bem como Georges Duby e Pierre Villar, formados geógrafos, mas consagrados como historiadores. (RIBEIRO, 2006, p.88). Seguindo itinerário semelhante, devido à influência que a Geografia francesa teve na fundação dos cursos de Geografia no Brasil, muitos cursos de Geografia em nosso país, a exemplo do curso de Geografia da extinta Universidade Católica do Ceará, tinham em suas turmas iniciais, a formação conjunta em História e Geografia.

⁵ De acordo com Norton (1984) *apud* Silva (2007) os estudos de Geografia Histórica se classificam em três linhas principais. A primeira delas, o estudo do passado, utiliza principalmente a técnica do corte transversal. Esta faz a descrição e a análise de uma paisagem do passado, em um período particular, sem referências explícitas aos períodos anteriores ou posteriores, objetivando orientar a pesquisa documental. Outra linha é a da transformação no tempo, em que se dá ênfase à cultura enquanto agente de transformação da paisagem natural ao longo do tempo. A terceira perspectiva estuda o passado no presente, utilizando o método de retrogradação para construir o passado através do presente. É uma espécie de leitura histórica para trás, sendo apropriada aos estudos das diferentes leituras e significados da paisagem no tempo.

⁶ Para maior conhecimento sobre a categoria tempo e sua apropriação pelas ciências, ver Nilo Odália, *O tempo e a história*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, (7); 1965.

⁷ Para uma análise detalhada da Escola dos Annales, ver BURKE, Peter, *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*; tradução Nilo Odália. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

⁸ Segundo Burke (1997, p.12), talvez seja preferível falar num movimento dos Annales, não numa escola. Segundo este autor, esse movimento pode ser dividido em três fases. Em sua primeira fase, de 1920 a 1945, caracterizou-se por ser pequeno, radical e subversivo, conduzindo uma guerra de guerrilhas contra a história tradicional, a história política e a história dos eventos. Depois da Segunda Guerra Mundial, os rebeldes apoderaram-se do *establishment* histórico. Essa segunda fase do movimento, que mais se aproxima verdadeiramente de uma “escola”, com conceitos diferentes (particularmente estrutura e conjuntura) e novos métodos (especialmente a “história serial” das mudanças na longa duração), foi dominada pela presença de Fernand Braudel. Na história do movimento, uma terceira fase se inicia por volta de 1968. É profundamente marcada pela fragmentação. A influência do movimento, especialmente na França, já era tão grande que perdera muito das especificidades anteriores. Em uma “escola” unificada apenas aos olhos de seus admiradores externos e seus críticos domésticos, que perseveravam em reprová-lo a pouca importância atribuída à política e à história dos eventos. Nos últimos vinte anos, porém, alguns membros do grupo transferiram-se da história socioeconômica para a sociocultural, enquanto outros estão redescobrimo a história política e mesmo a narrativa. (BURKE, 1997, p. 12-13).

⁹ Conforme Ribeiro (2006), *O Tempo no Mundo* também poderia chamar-se *Os espaços do mundo*. Tempo do espaço, tempo de uma escala, história de uma geografia. Mas também espaço do tempo, escala do tempo, geografia de uma história, porque o pensamento de Fernand Braudel está longe de ser uma via de mão única. (p.105).